Sinto-me honrada com o convite da Dra. Mariângela Sarrubbo Fragata, Chefe do Centro de Estudos da PGE, para escrever o editorial deste Boletim.

Como encarregada do Setor de Divulgação do CE, tive o privilégio de acompanhar o trâmite de cada trabalho que, após passarem pelo minucioso crivo da Comissão Editorial, foram aprovados com louvor.

Considerando que atuei por seis anos na Coordenadoria de Precatórios e por alguns meses estive na Coordenação da atual Coordenadoria de Execuções contra a Fazenda Pública (CEFAP), acompanhei de perto a discussão relativa à Lei 11.960, de 29 de junho de 2009, e sou testemunha da importância da decisão favorável obtida com o primeiro trabalho, a Reclamação nº 16.940, peça processual que, como as demais que compõem este número do Boletim, contou com a aprovação unânime da Comissão Editorial.

O segundo trabalho refere-se a uma questão pouco difundida, porém, bastante discutida no Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo. Nos quatro anos em que atuo no referido Tribunal, tive a oportunidade de conhecer as diversificadas matérias que envolvem a cobrança do ICMS. Uma delas relaciona-se ao benefício previsto no art. 11, II, b, do Anexo II, do RICMS/00, que prevê 80% de redução da base de cálculo de ICMS na comercialização de máquinas ou aparelhos usados, havendo quem sustente a aplicação de tal benefício também aos cartuchos de tinta recarregados/recondicionados, o que equivaleria, como bem defendeu a subscriitora da peça, à criação de um novo benefício fiscal pelo Poder Judiciário, e, pior, em sede de cognição sumária.

Este Boletim ainda contempla um agravo de instrumento interposto contra a decisão que deferiu liminar para paralisar toda e qualquer obra de instalação de balizamento noturno no Aeroporto Estadual de Bragança Paulista – caso já concluída, a imediata paralisação das operações de tráfego durante o período noturno. O acórdão que deu provimento ao agravo observou que “a mera circunstância de que poderá vir a ocorrer o aumento dos voos noturnos após as obras e que isto causará poluição sonora não é suficiente para que se conceda a liminar”. Referida decisão também confirmou a competência da CETESB para averiguação de eventuais irregularidades ambientais, sendo certo que, no caso em apreço, referida Companhia esteve no local e constatou a ausência de irregularidades nas obras realizadas, sob o ponto de vista ambiental.

Note-se que, com exceção do primeiro trabalho, cuja inquestionável importância foi acima relatada, as duas outras peças processuais obtiveram decisões que, indiretamente, resvalam na matéria atinente ao polêmico ativismo judicial. Ao afastar decisões do Judiciário que interfiram na seara de decisões do Executivo, amplia-se a importância das decisões obtidas pelos combativos colegas Procuradores do Estado e que, ao serem divulgadas neste Boletim, pretende-se difundir as teses favoráveis ao Estado e auxiliar os demais colegas que se deparem com situações semelhantes.

Por fim, um parecer PA sempre compõe nossos Boletins. O parecer deste número enfrentou alegação de vício do edital, por suposta ausência na planilha de custos de itens que a contratada reputa essenciais à execução do serviço e, por tal razão, pretende a repactuação do preço contratado relativo ao acréscimo de despesas. Como de costume, a PA enfrentou a questão com muita propriedade e apresentou conclusões que se coadunam com o princípio da legalidade.

O Boletim da PGE, assim como todos os periódicos do Centro de Estudos, é um importante instrumento colocado à disposição dos Procuradores do Estado. Com isso, espero que o cuidadoso trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos e sua Comissão Editorial possa reverter em mais vitórias em prol do interesse público.

Boa leitura a todos!

JOYCE SAYURI SAITO
Procuradora do Estado Assistente